

EMANUEL

SEARA NOVA

CONTEM

TEXTO DE

M. G. TEIXEIRA
GOMES

**revista de
doutrina
e crítica**

E DESENHOS
DE ROBERTO
NOBRE





SEARA NOVA

CORPO DIRECTIVO: António Sérgio, Câmara Reis, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo, Gomes, Raúl Proença, Sarmiento de Beires e Sarmiento Pimentel. — **REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:** Praça de Luís de Camões, 46, 2.º (Sede da Universidade Livre). Telefone 432 Trindade, para onde deverá ser dirigida toda a correspondência. — **PROPRIETÁRIA E EDITORA:** Empresa de Publicidade **SEARA NOVA**

ASSINATURAS

Continente e Ilhas: 6 números, 75\$00; 12, 15\$00; 24, 30\$00. — Colónias: 12 números, 25\$00; 24, 50\$00; Estrangeiro: 12 números, 50 fr.; 24, 100 fr.

REPRESENTANTES E AGENTES

Alcobaça: J. Nereio da Costa; Angra do Heroísmo: Francisco Lourenço da Silva, Rua de Lisboa, 108 a 110; Aveiro: João Vieira da Cunha; Bombarral: Franklin Nunes; Braga: Cruz & C.ª Ltd.ª, Rua Nova de Sousa, 121 a 133; Ceia: António C. de Oliveira Liz; Sezimbra: Luís Nunes da Costa; Coimbra: Casa do Castelo, Marco da Feira (Castelo), 13-15; Coimbra Editora, Lda, Arco de Almedina, 2-3; J. R. Ferreira Malva, Rua Ferreira Borges, 150; Livraria Neves Editora, Rua Cândido dos Reis, 44-48; Moura Marques & Filho, Largo Miguel Bombarda, 19-25; Évora: Joaquim da Silva Nazaré, Praça do Geraldo; Faro: Eduardo João da Silva, Rua D. Francisco Gomes, 9-11; Figueira da Foz: João Pinto Duarte; José dos Santos Alves; Funchal (Madeira): Jacinto Figueira de Sousa, Rua da Aliandega, 48-50; Guarda: António J. Vinhas, Rua do Comércio, 18-20; Guiné: Joaquim Correia Vilela, Bissau; Lourenço Marques: José Perdigão, Caixa Postal 474; Portalegre: António Afonso Branco; Porto: Fernando Machado, Rua das Carmelitas, 15; Setúbal: Fernandes & Machado, Rua António Girão; Tavira: José Maria dos Santos, papelaria e livraria; Tomar: Havanesa Ltd.ª, Rua Serpa Pinto, 17-21; Viseu: Virgínia das Neves Ferreira Rêgo, Rua Direita, 290-294; New Bedford, Mass.: Livraria Contemporânea, 139, County St., Box 58; Rio de Janeiro: João Sarmiento Pimentel, Rua de S. Pedro, 74.

sumário

UMA COPEJADA DE ATUM	M. Teixeira Gomes
A FINANÇA CONTRA A NAÇÃO	C. R.
A QUEDA DO M'BRIGE	Augusto Casimiro
A QUESTÃO DO TURISMO — INCONVENIENTES DO TURISMO	Emílio Costa
A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM GOA — ENSAIO DE UM PLANO DE REFORMA	Santana Rodrigues
LIVROS	Manuel Mendes
UM POLÍTICO PATRIOTA — PÁGINAS PARA SEREM MEDITADAS	Oliveira Martins

Capa de MIGUÉIS — Ilustrações de NOBRE

O PRESENTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

seara nova

ANO VI

QUINTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1927

N.º 107

COMPOSIÇÃO:
TIPOGRAFIA DA SEARA NOVA

IMPRESSÃO — OFFINAS DO JORNAL
DA EUROPA — RUA DO SÉCULO, 150

Uma copejada de atum

A colaboração do Sr. Teixeira Gomes é uma adição preciosa dos deuses. Produtor da mais nobre linhagem, artista dum requinte supremo, em que a sensibilidade genuinamente portuguesa se enleva numa exaltação dionisíaca, voluntariamente exilado da sua pátria, dispersando, num epistolário encantador, os tesouros dum espírito cultíssimo, o grande escritor é para nós, ainda, o democrata modelar, que, na balbúrdia das camarilhas, mantendo a linha impecável do gentleman, cumpriu sempre, com tacto escrupuloso, os graves encargos da alta magistratura a que ascendera. A SEARA NOVA, agradecendo-lhe a colaboração valiosíssima, que generosamente promete continuar, saúda no Sr. Teixeira Gomes, com affectuoso respeito, o cidadão exemplar, o escritor admirável, o político e diplomata brilhantíssimo.

Tunis, 24-12-26.

Meu caro amigo:

LENDO a minha última carta, terá talvez dito para consigo: que extravagância será a deste homem, agora, que em terras tão remotas, pitorescas e variadas, leva horas a escrever sobre a costa do Algarve? Duas razões há para isso, e qual delas a mais simples e plausível. No curso da vida, quem é que se não encontrou uma vez a falar, ingénuo, do coração para o coração, e se, depois, o amor, ou a ilusão do amor, se lhe desfez, que mimosa recordação lhe não ficou desses momentos em que a alma parecia ter revertido à candura do Paraíso perdido? Foi assim o amor que me inspirou o mar da minha terra; diferente dos outros amores em nunca ter sofrido desilusão, antes ampliado e sublimado pela separação e pela ausência. Ali, durante anos, destemida, sereno, livre, e forte, como um semi-deus — e quasi na persuasão de que realmente o era — vivi na pureza das aguas desse mar, sondando-lhe as profundezas cristalinas, rolando nas volutas das suas ondas encapeladas, como se ele fôra o meu elemento natural; despido e nú de toda a malícia e de todo o pecado, nele me embalava horas sem fim, sonhando com os astros, e entre sonhos, ima-

ginando que, talvez, um dia, para eles fôsse arremessado... E-me prazer inesfável recordar esses anos, ou pelo menos os scenários em que decorreram; e aqui está a primeira razão. A segunda vem de que me é muito mais fácil fazê-lo a distância. Porque é que tanto me enleia e confunde escrever meia dúzia de linhas sobre uma paisagem, um quadro, um monumento, que me estão diante dos olhos, e logo que se afastam, a ponto de não serem já perceptíveis, as observações, o discorrer, que eles motivam, tomam forma e (correntemente) a linguagem lhes dá expressão abundante e apropriada? Excesso de imaginação, talvez, que se sente restringida, limitada, cerceada, pelo testemunho do modelo em presença, e que pode trabalhar livremente sobre ele, quando está ausente. E enquanto lhe escrevia a minha última carta, mais de uma vez me acudiu à lembrança a promessa que fiz, já não sei a quem — ao Jaime Cortesão, se me não engano — de dar, para o Guia de Portugal dos rapazes da SEARA NOVA, a descrição de «uma copejada de atum». Fiquei sempre pensando que era agora, — de longe — boa ocasião de a fazer. Pois vou tentá-lo hoje, e se lhe parecer que pode servir, guarde-a para o caso deles um dia a pedirem.

nas transpõe a borda da lancha. Uma criança de dez anos pode, assim, pescar peixes de dez arrobas.

Ainda a madrugada não dava sinais de romper, já nos encontrávamos no bote que nos devia levar à armação. Durante a noite o vento fizera-se mais de terra, mas ainda de má feição; a distância era grande e havia muito que bordejar para a vencer a tempo de assistir ao começo da copejada. Fazia luar; a ondulação do mar, espaçada e surda, era como que abafada por aquela silenciosa luz branca.

O caminho fez-se mais depressa do que julgávamos, e quando entramos na barca da testa, onde devíamos assistir à pesca, a lua não empalidecera ainda de todo e apenas a nascente dois fios de carmim, tenuíssimos, assinalavam, no céu polido e esverdeado, o ponto por onde ia surgir o sol.

A companhia, que viera duas horas antes, acabava os últimos preparativos para a pesca, ensabando os cabos, experimentando as roldanas, e reforçando as pulseiras dos arpões.

A volta da armação aglomerava-se grande número de lanchas de carga, vindas durante a noite, dos portos vizinhos, onde o telégrafo levava aviso da grande copejada em perspectiva. Essas lanchas, pela ordem da sua chegada, destinavam-se a carregar o peixe que se pescasse, para o conduzir à lota de Vila Real de Santo António, o grande mercado de atum, concorrido de italianos e espanhóis.

Mas no enorme agrupamento de gente, batéis e lanchas, de que se distinguiam já claramente as formas e os movimentos, o que surpreendia era o silêncio, inesperado e sempre admirável na gente do mar, e sobretudo em algarvios de tão lalancica fama. Era para não espantar o peixe, como a superstição aconselha.

Rompeu, por fim, o sol, apressado e quente, sem que tivéssemos prestado atenção ao seu glorioso aparecimento, e começou a concertada lãina de levantar o céu da armação. Logo aos primeiros movimentos a superfície da água, no recinto da armação, começou também de se encrespar, aqui e ali, de róis de prata viva; eram pequenos car-



dumes de sardinha, que fugiam à voracidade do atum. Acudia-se-lhes com umas redes triangulares, dobradiças, chamadas «muletas», que facilmente a apanhavam e distribuíam pelos convidados. Nós já tínhamos o nosso fogareiro de barro preparado, à espera, com a lata sobre as brazas; ali, em poucos minutos, ficava a sardinha assada, e logo era comida mesmo na ponta da unha, com pão de tãda a farinha, minbeiro e ainda quente do forno, e regado com um «tinto» áspero de surdo flavor, trazido adrede para aquela função já certa.

Apenas a água principiou a ferver, com a revolução do peixe que se aproximava da superfície, rompeu a mais tremenda gritaria e algazarra, de que tenho memória, e que ainda redobrou ao aparecimento dos primeiros atuns. Começou então a toirada.

Sucedeu que o primeiro atum arpoado se escapou, e caído à água com tal velocidade parecia voar, jorrando sangue que o acompanhava de um rastro de púrpura. A assuada ao marujo infeliz foi medonha, e vi geitos de o atirarem também à

A costa, a leste de Fortimão, continua alcantilada e pitoresca em algumas léguas, mas de difícil acesso, com pequenas e raras praias, na boca de apertadas ravinas. Assim é a praia do «Carvoeiro», que serve aos habitantes de Lagoa para banhos e passeio.

Aí tinham uns amigos meus o arraial de uma armação de atum, lançada mesmo em frente da praia, a três ou quatro quilômetros de distância, no mar alto, que me proporcionou, pela primeira vez, o espectáculo de uma copejada.

Era no fim de Maio, com vento mareiro e águas claras, indispensáveis para trazer à costa os cardumes do atum, que se assusta e foge à menor sombra que lobrica. Esperava-se farta passagem de peixe e eu recebera aviso para comparecer.

Logo à minha chegada, ao cair da tarde, fizeram sinal da armação de que um «bom cardume» de peixe se aproximava. A notícia causou profunda sensação, pois as vigias, sempre cautelosas, e mais que anunciavam, de ordinário, é o aparecimento de alguns peixes, «poucos», e eu fui recebido, pelos meus amigos, festivamente, como se a minha presença tivesse chamado o atum.

O director técnico da sociedade (um Joaquim Negrão, curiosa figura desportiva, donjoanêsca, aventureira; o mesmo que em moço levava o Antero à América, numa escuna que ao tempo comandava) seguia, por um grande óculo de alcance, o que se passava na armação, e ia comunicando as informações colhidas. O atum era muito, acudira bem ao «atalho», e entrara no copo, onde esperaria a madrugada seguinte para ser pescado.

«Onde esperaria»...

Para os pescadores uma noite dessas é de incomparável ansiedade; não vá o ruaz entrar na armação, e senti-lo basta para que o atum, tomado de pânico, faça acuada e abra caminho, rompendo o copo com o péso, e desaparecendo em poucos minutos.

E o que isso significa?! A grande esperança frustrada; a rede inutilizada e levada para terra a concerto; dias perdidos no tão apertado período da pesca, que para o atum de direito não vai além de um mês escasso; e logo na boa monção de águas claras, que se repete no mesmo ano.

Sem embargo, alegre decorren o jantar, e para desfazer cuidados os meus anfitriões deram-nos a sobremesa um velho bastardinho, criado nas areias de Alvor, capaz de desanuviar a alma do próprio Job.

Notícias mais precisas, trazidas pelo mandador da armação, avaliavam o peixe entrado em oitocentas cabeças, o que daria uma copejada esplendida a todos os respeito: lucrativa e pitoresca.

Depois do jantar o Negrão leccionou-me um

pouco sobre o que era uma armação, e o que se conhecia dos costumes do atum.

O covo ou copo da armação, que é um longo e perfeito rectângulo, está fixo no fundo do mar por pesadas lateixas, a que o prendem cabos de aço; e à superfície do mar segura-se na amurada das grandes lanchas que o cercam, das quais a maior, chamada «da testa», ocupa uma das extremidades mais estreitas do rectângulo. Na extremidade oposta está a entrada — as «portas» — da armação, precedida de um jogo de redes, cujos movimentos permitem encaminhar o peixe para dentro do copo; esta operação chama-se «atalhar». A começar das portas, e estendendo-se muito pelo mar fora, segue uma rede de metro e meio de altura, suspensa em boias de cortiça, e esticada por pesos de chumbo, a que se chama «rabeira».

O atum, que anda em cardumes, procurando a proximidade da costa para desovar, se entra na faixa de água limitada pela rabeira e lhe vê a sombra, assustadiço como é, em vez de tentar atravessá-la vai-a seguindo mansamente, à busca de saída, e mansamente cai nas portas da armação, que se fecham apenas o apanham dentro.

Antes de desovar, o atum chama-se «de direito», e as armações que o apanham têm a boca voltada para oeste, de onde ele vem na derrota do Estreito; essas mesmas armações, postas com a boca voltada para leste, servem para o atum «de revez», que regressa em poucas semanas, já desovado e magríssimo. Daí a grande diferença de valor entre os atuns de direito e de revez, sendo aqueles aproveitados especialmente em conservas e estes para a salga.

O seu grande inimigo é o ruaz, cetáceo potentíssimo, que os persegue também em cardumes, e lhes come de preferência a barriga, de uma só dentada, atirando-os depois ao ar, com um golpe de focinho, como se fôsem pelas cheias de vento. Um atum adulto pesa de seis a doze arrobas, mas o ruaz é um monstro da forma de um tubarão, com oito metros e mais de comprimento. Este monstro, porém, não ataca o homem, e eu tive disso a prova, porque uma vez, nadando longe da costa, alguns vi e por eles fui visto, sem me fazerem mal; eu é que não sei como escapei do susto!

A copejada faz-se levantando uma rede móvel chamada «cêu», que está no fundo do copo, e vai lentamente trazendo o peixe à superfície da água, onde ele é apanhado pela gente da companhia debruçada sobre as barcas, e tendo preso no pulso direito, por uma corda, um pequeno arpão móvel. O peixe corre em círculo à roda das barcas, e quando lhe passa ao alcance, o pescador mete-lhe o arpão e puxa-o para dentro da barca, onde ele entra e cai pelo seu próprio impulso, desprendendo-se do arpão automaticamente, ape-

água. Mas é que os primeiros atuns que apareciam, tendo ainda campo avante para nadar, fugiam das barcas, enquanto os marujos, abrindo os braços, e com grandes pancadas no costado das lanchas, os incitavam às sortes, como se fossem bois.

Isso, porém, durou pouco. Entre borbulhões de espuma assomou logo uma densa camada de peixe, e tão apertada pelo costado das barcas, que os marujos quasi lhe davam às cegas, levantando uma cabeça a cada arpoada.

Viu-se então que o atum era de bom calibre e muito. Ao meu lado, um perito amador, mas de reconhecida autoridade, ia-o contando, e quando chegou aos quinhentos verificou-se que não fazia falta no copo, onde continuava a afluir em camadas igualmente densas.

O sangue e a água, misturados, soltavam-se aos cachões, envolvendo os peixes em linguas de púrpura cristalina, e ao centro da rede faziam remoinho, abrindo um póço fundo e largo, por cujas paredes transparentes giravam, desvairados, grandes bichos scintilantes.

Dissera-me o meu hospede, que o Joaquim Negrão me preparava uma surpresa, e sem o ter esquecido eu pensava, com scepticismo, no que poderia haver mais surpreendente do que aquele espectáculo de colossal carnificina, com tal cenário, nunca igualado, nem aproximado pela fantasia do mais asiático dos imperadores romanos.

O contador já ultrapassara o milhar e ainda o peixe acudia em abundância, sendo algum de extraordinário tamanho. Eram os «velhos manhosos», observava um marujo, que só aparecem no fim. Com effeito, as camadas que vinham à superfície tornavam-se pouco a pouco menos densas, avolumando ainda mais as proporções dos «velhos manhosos» que se multiplicavam.

O Negrão, aproximando-se do meu grupo, para falar com o mestre da companhia bradou-me: — «Agora vou-lhe mostrar um quadro da

mitologia» — «Vamos lá ver» — repliquei, se bem que pouco disposto ao entusiasmo, já embotado pela prodigiosa scena a que assistia. Depois de falar com o mandador, o Negrão gritou para a ré da barca: — «Bem, se não há mais nenhum, que venha cá o Serafim...» — O Serafim, o Serafim! pôs-se a clamar quasi em coro a marujama, e um rapaz atarracado, embeezerrado, e arruivado, como que lhe veio nos braços, pela amurada fora, até onde o Negrão estava. E ouvi este que lhe dizia: — «Não quero desculpas; é para já...».

Então o rapaz, depois de olhar entre envergonhado e receoso para o meu grupo, principiou a despir aquella quantidade de trapalhadas em que os pescadores se envolvem, mesmo de verão, quando vão para o mar. E appareceu admiravelmente bem proporcionado e forte, com um tronco de coiraca grega, abaulado no peito e estio no ventre, os quadris estreitos, mas as coxas volumosas e de formidável musculatura. Tirante os pulsos, o pescoço, e os pés, que andavam tostados do sol, todo elle era de uma brancura marmórea. De pé, na borda da lancha, erguendo os braços e juntando as mãos, tomou um leve balanço e jogou-se à água, sumindo-se entre os peixes.

Mas em poucos segundos elle surgia, quasi na extremidade oposta do copo, montando um enorme atum, que, para se desembaraçar da estranhacarga, entrou a correr vertiginosamente, saltando sobre o outro peixe que lhe impedia a passagem, ou mergulhando subitamente, para reaparecer alguns metros mais longe, sempre com o tritão às costas, agarrado com a mão esquerda a uma das alhetas, agitando a outra mão no ar, e dando gritos de triunfo. O rapaz estava transfigurado; resplandecia de audácia e mocidade, entre as grandes salsadas de água rubra que lhe lambiam o corpo, e luzia, ao sol, como um vivo mármore cõr de rosa.

Animados pelo exemplo, outros rapazes se



atiravam à água, para cavalgar os peixes, mas nenhum tinha a segurança heróica, nem a graça helénica do Serafim.

A pesca fechou acima de mil e trezentas cabeças. Mais de «trezes centos», como dizia a gente da companhia. Fôra, na verdade, uma copejada maravilhosa.

Tomamos o bote para regressar a terra. O sol ardia já como fogo, e em volta da armação formava-se um círculo imenso ensangüentado, onde as

lanchas, carregadas de peixe, bordejando, abriam silhagens de carmim, que se lhes reflectia nos bôjos das velas pandas.

Quando entramos em águas limpas, senti a necessidade de me purificar, depois daquela monstruosa hecatombe e atirei-me, nu, ao mar. Após vários mergulhos fundíssimos, até onde o peso morto do corpo me podia levar, passei debaixo dos braços um cabo que lançaram do bote e, deixei-me rebocar para terra, já meio adormecido...

M T E I X E I R A G O M E S

A FINANÇA CONTRA A NAÇÃO

Bastantes pessoas felicitaram a *SEARA NOVA* pelo artigo de fundo do último número, achando elucidativa e útil a comparação dos artigos nos diferentes contractos da Companhia de Moçambique, e louvável a coragem, de-resto fácil, com que alinhamos no terreiro, um a um, os responsáveis pelo crime projectado e meio-executado.

Poderíamos agora nada acrescentar, tanto mais que o Sr. ministro das Colónias está neste momento a estudar a resolução do gravíssimo assunto. Mas a Companhia de Moçambique publicou um longo comunicado, cujos balbuciantes argumentos o Sr. Comandante Henrique Correia da Silva desfez, numa série de artigos do *Século*, com lucidíssima inteligência e honrada hombridade.

Pela nossa parte diremos apenas que tudo o que escrevemos, baseado no livro admirável do ilustre português, ficou infelizmente de pé, a-pesar dêsse longo comunicado.

Insinuações contra o Sr. Correia da Silva, só servem para desmanchar ainda mais a atitude da meia dúzia de grandes responsáveis, homens da mais poderosa categoria social, alguns de cabelos brancos, comprometidos na miséria dos contractos.

Surge agora um novo acôrdo, de Janeiro de 1927, limitando a 30 anos a exploração do Porto pela «Beira Works», remendo

inábil e tardio, tendo posteriormente a Companhia argumentado como se esse acôrdo não existisse — o que prova que ainda não fôra forjado!

Sabe-se também que o actual director das obras do porto da Beira é pessoa da absoluta confiança do Sr. Libert Oury.

Quanto ao contracto Van-Laun, entretém-se a Companhia, hoje, por conveniência de se acobertar das graves responsabilidades que lhe cabem, a levantar um fantasma que ela própria considerava desfeito em fumo, à data de 1923. Engrossa a voz, a fingir que o papão está em cima do telhado, quando, ao mesmo tempo, pretende deixá-lo entrar traiçoeiramente em nossa casa, por uma porta-travessa.

Muitos pontos, nota judiciosamente o Sr. Comandante Correia da Silva, — limitação das obras, revisão de impostos, falta de planos completos, o espantoso artigo 23.º do contrato de 21 de Julho, encontro de contas, nacionalidade obrigatória do pessoal directivo, extensão da área do porto, amortização das obras pelos rendimentos do mesmo, o indispensável atêrro dos pantanos, etc., etc. — ficaram sem uma palavra de resposta. Nada, absolutamente nada!

E a propósito: já descobriram a sede actual da Companhia do Porto da Beira? — C. R.

PAISAGENS DO CONGO

A QUEDA DO M'BRIGE

DE Culmba aqui, pela tarde fôra, vamos, através da planura, flanqueando a serra da Canda. Atravessamos matas, chelas de sombra, catedrais verdes ao melo do oiro ardente da planície.

Pelos flancos da serra, à nossa esquerda, ao sabor das nascentes e do caminho precipite das águas, suspendem-se, em espessas tranças, matas invioladas.

Duas vezes passamos o M'Brige, depois do povo Qu longo. O rio vai, largo e sussurrante, sob as vagas altas da floresta. Depois abre-se de novo a planura, mais vasta aos pés da serra mais próxima e altiva.

Cortamos à esquerda. Em frente, é a queda.

Uma vez atravessamos ainda o M'Brige na confluência do Passassa que, como êle, se refaz, através do leito pedregoso, sob a folhagem quasi nocturna, da vertigem que os trouxe lá de cima, a ambos, desfeltos, incorpórios, vapor e água, num grilo infundível. Para lá do rio continua a floresta, o crepúsculo, a noite verde e suave. Depois a mata cessa, sobe-se um degrau no terreno... Dois grandes ramos de palmeira formam um arco de boas vindas. E, ao lado do caminho estreito, canta e sorri o povo da libata Teleco... Quiambota! Quiambota! (1)

É noite. Ao redor da nossa tenda cantam as gentes. No céu macio cresce o rebanho doirado das estrelas. Ao ritmo das vozes e das palmas, sobre o rolar dos gongos, (2) dansam os moços e os velhos. A noite envolve, numa carícia, a terra toda. É um asago, a noite, vasto jardim das Hespérides, com a lua subindo a alameda azul-pérola do céu.

Depois morrem, vão morrendo as vozes. Em doce crescendo sobe a maré do silêncio, no luar. As árvores espectralizam-se, como fantasmas. A serra toma presença de além-mundo. E do alto, no rebôrdio mais vivo, sobre o céu mais claro, rasgando o muro de sombra, a água despenha-se para o abismo, é um golpe argênteo, ligando, através da serra, o céu e a planície, vasto lago de prata onde vagueia, como um fantasma, a ilusão do mar.

Tôda a noite a voz da água me embalou o sono, mudas tôdas as vozes da noite, parado o vento, com o luar alto, para a voz da água encantur a noite e embalar melhor.

Como certos duendes, ela mal se nota à luz crua do dia, veste túnicas impalpáveis, vela-se a si própria, perde-se no tumulto da luz meridiana.

Insensível, suavíssima, na envolvente sinfonia da noite, a voz da água revela melhor o seu mistério.

E não é grilo de tragédia ou tortura, nem marmário de sacrifício aceito, nem vencido lamento dum fatal destino.

A água corre ao abismo, como as asas se libram no céu.

Sabe-se que a sua morte, por mais humilhada, tem sublimes compensações. Corpo desfeito, exangue, mal o sol a toque, sua queda transfigura-se em arco de aliança, trização de jóia, coração de nuvem inacessível.

Depois aquele é o seu destino. Caminho de dor, prisão de rocha viva, a queda alucinante, e sempre, ao fim, sobre a dor e o suplício, — o regaço vasto, a embaladora, materna grandeza do mar. É o ciclo maravilhoso, a divina existência: — lágrima de flor, lágrima de criança, lágrima de nuvem, fonte a brotar, água corrente, cantante, extasiada ou batalhando, — derrubando murallas, libertando cárceres, florindo nenúfares, reflectindo o céu, — fúria, extase ou sonho, — cântico vivo, torrente, lago, rio, ondas do mar, estas ondas do céu...

Manhãzinha. Névoa entre mim e a serra. Como se o luar se tivesse corporizado ao vir da madrugada, preso nas franças do arvoredado, amorado, aos pés da serra, no encanto da planura...

Do alto, aos poucos, porque o Sol caminha e doira de-certo as terras de além-cimos, — do alto, lá onde a linha das alturas moldou uma curva de berço ou de tribuna, a água do M'Brige despenha-se em massa, é um golpe de lança primeiro, dispersa-se depois, pulveriza-se, vai de rocha em rocha, tomba livre de novo... Logo desaparece sob as ondas tumultuosas da floresta. Vai, num grilo e num desvario, oculta, mede o abismo, deixa uma esteira de ruído e tormenta, esval-se, morre; e, já na planura, dir-se-ia é um dorido murmúrio, como numa suave ressurreição...

(1) Salvé! Salvé!

(2) Tambores de batuque.

Tenho à direita os íngremes contrafortes do Vombl, através dos quais se despenha o Diaño. À esquerda o Bango, donde, para o Norte, a quem olhe do rebordo da serra, se abre a vastidão do mundo.

Fundia-se em luz a névoa matutina. Na luminosa frescura, fêz-se mais argentino o corpo da queda sobre o arvoredado mais verde.

Entre o capim humedecido, mal sobe o caminho. A queda veste-se dum nimbo opalescente de névoa. Num primeiro outeiro, misula aos pés do altar magnífico, polsa uma pequena aldela, votada, dir-se ia, à divindade tutelar.

Bananeiras, árvores frondosas, afogam cada vez mais o caminho.

Sombra e sombra. Parece que descemos... A voz da água, a grande voz, é cada vez mais forte, domina a manhã, na maré de verdura e sombra... Marginamos o abismo. E, de súbito, sobre a muralha a pique (já o caminho sobe entre raízes monstras de mafumeira ou se perde nas rochas), — surge de novo a toalha espumefante, argentino alfange, cravado nas pedras cimeiras, que ficou vibrando, descaldo o punho para o abismo, a ponta oculta, lá no alto, ferindo quasi o céu.

De novo mergulhamos na sombra. A folhagem tolhe o caminho, estreitam-se os troncos. Os cipós, as trepadeiras gigantes enredam-se no crepúsculo cada vez maior.

Os troncos das mafumeiras são pilares monstros, com arcobotantes no sopé ciclópico, em que as raízes prendem à encosta, como garras laminadas, tensas, suspendendo os rochedos precipites, prestes a rolar. No alto dir-se ia pesar a abóbada monumental desta nave sombria. Vamos subindo, pisando mal, escorregando nas rochas musgosas, presos nas llanas que lançam, sobre o abismo, pontes pênseis, traiçoelas plataformas.

Depois a luz amanece, a sombra abre-se, como uma flor, em luz de névoa, uma luz em que há lucilações de arco-íris.

Cega a transição brusca. A voz da água atrôa. O espectáculo esmaga.

No alto, a cúpula do céu arde, esbate em azul desmaiado. Dir-se ia, na súbita impressão, que o alude alvente val arrastar a serra, e que a alta muralha, os troncos, os rochedos, a um grito de guerra, vão tombar sobre nós!

À esquerda há um rochedo enorme, escorrendo água pela emaranhada e verde cabeleira. Vibrantes, oprimos, na poeirada que nos trespassa de água, no ruído ingente, subimos, quasi de rastos, segurando-nos às llanas fortes, como a cabos de navio...

O rochedo, tapetado de musgo e flores, como um cachôpo açoitado pela tormenta, — é um genuflectório diante do estuendo altar.

Então os homens, sobre o silêncio estarecido em que vinham, rompem o canto, num desvalto.

Em mil policromias inesfáveis, a névoa e o Sol fundem-se, alam-se, palram sobre o ruído troante, e são a comoção, a alma do espectáculo sublime.

O tempo que os homens delimitaram não existe. Diante de nós está uma hora eterna, um momento infinito da vida do mundo.

Somos, com os rochedos suspensos na queda e as árvores atónitas, o êxtase escravo e bárbaro perante o espectáculo tremendo, um gesto pânico, uma atitude de espanto... E, talvez, a comoção, a hesitação, a mudez ansiosa que paira no antro misterioso da Sibila.

África — Congo, Agosto de 1924.

AUGUSTO CASIMIRO

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

Touros de morte

Sua Eminência o Cardial Patriarca, numa nota para as gazetas, lançou o seu mais vivo protesto contra os touros de morte, chegando mesmo a proibir aos sacerdotes portugueses o ingresso nas praças de touros, e a lembrar aos católicos o que tal espectáculo tem de bárbaro, de nocivo e de pouco cristão.

É de erer que os sacerdotes, obedientes aos desejos do Sr. Patriarca, tenham atendido o seu empenho e compreendido a atitude generosa e digna que o moveu.

Já o mesmo se não pode dizer da massa dos bons católicos que sua Eminência pastorea e da qual tantas provas de zelo, até aqui, tem recebido. Esses não estiveram agora pelos ajustes.

Haviam começado a organizar uma corrida — à maneira da católica Espanha, com bons matadores e a assistência do Sr. Comandante da Polícia — cuja receita se destinava à reconstrução da igreja de S.^{to} António, no Estoril, que um incêndio há pouco destruiu. Os encargos trazidos por isso eram sobremaneira grandes para que vencesse a melhor das boas vontades que os animava. Os desejos do Sr. Patriarca são ordens, mas que lhes perdoasse, com a sua infinita bondade. As despesas eram maiores que as suas convicções de católicos. Fosse para eles, no entanto, desconto de pecados, a boa intenção com que o faziam. E como são, também, partidários daquela réplica que diz: quem come bifes ao almoço, não pode condenar as touradas de morte, quasi sorriram da pieguice do Sr. Patriarca.

Sua Eminência parece que se resignou, e também sorriu, enragando mais a sua face veneranda, mas num sorriso de triste complacência.

Sua Eminência possui a sabedoria da idade, conhece os homens e sabe quão fácil é a obediência em questões puramente espirituais e como ela é difícil nas outras. — M. M.

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

A força e a fraqueza do espírito são mal designadas; porque se reduzem, afinal de contas, à boa ou má disposição dos órgãos do corpo.

LA ROCHEFOUCAULD, Maximes.

A questão do turismo

VI

Inconvenientes do Turismo

Se o turismo pode e deve ser uma boa fonte de riqueza para o país e portanto aproveitado inteligentemente, não quer isso dizer que os portugueses devam copiar o que, por exemplo, fizeram os suíços e o que, em certas regiões de vários países, se tem feito. Portugal não precisa de se lançar na indústria do turismo, fazendo dela a sua principal base de riqueza. Do que o país precisa é de desenvolver convenientemente os seus grandes recursos, para o que o turismo deve ser um bom auxiliar, mas apenas um auxiliar e não um fundamento.

Se por qualquer circunstância Portugal se lançasse na indústria do turismo, com o mesmo espírito e processos com que a Suíça o fez, ao contrário do que talvez muito gente julgue, isso teria mais inconvenientes que vantagens. Refiro-me, é claro, a todo o país e não a uma ou outra região, porque há sempre regiões, localidades, cuja riqueza tem de ser constituída pelo turismo. A Suíça é que teve razão em fazer o que fez, porque todo o país, por um conjunto de condições de vária espécie, é uma dessas regiões, para o desenvolvimento económico da qual a indústria do turismo era a mais importante por ser a mais vantajosa. Não é para aqui pormenorizar, tanto mais que são coisas muito sabidas por toda a gente que tem pensado neste problema, como é que a Suíça organizou e desenvolveu a indústria do turismo e como essa indústria se tornou factor de outras e do progresso económico do país.

O que a Suíça conseguiu com o turismo, deve Portugal conseguir por várias formas, entre as quais o turismo inteligentemente conduzido. Inteligentemente significa, com o método preciso para que não resulte pouco menos que estéril e para não cairmos em excessos que nos trariam desvantagens.

Como todos sabem, o turismo, como tantas outras coisas, tem vantagens de toda a ordem: económicas, intelectuais e morais. Mas não tem só vantagens; tem igualmente desvantagens e também de toda a ordem.

Portugal encontra-se num tão grande atraso

geral, que tudo se deve aproveitar para o valorizar. Inútil, por suficientemente conhecidas, falar das vantagens de ordem económica, que se reflectem na vida geral; hospedagem, meios de transporte, cafés, restaurantes, diversões, comércio de retalho, etc.

As outras vantagens são menos conhecidas, por serem menos aparentes e não serem tão rapidamente manifestadas. Mas existem, tendo um valor apreciável; e o nosso país encontra-se precisamente nas condições de não as dever desprezar.

A necessidade de bem tratar o turista leva à imposição duma certa cultura e instrução adequadas às funções que se exercem. Como é de fundamental necessidade, adquirem-se as maneiras correctas, o delicadas, o tacto nas relações com pessoas de várias proveniências e variadíssimos feitios e educações. Toda esta prática leva ao abandono, por necessidade e depois por hábito (que é a tal segunda natureza de todos conhecida), de palavras e atitudes, de exclusivismos de opiniões, à tolerância com as opiniões e maneiras de ser dos outros. Desta forma, generaliza-se, pouco a pouco, uma atmosfera de sociabilidade superior, o que é de grande importância não perder, num país, como o nosso, onde a falta de cultura e de educação é enorme e enorme o antagonismo entre os indivíduos, por sectarismo de opiniões e consequente intolerância uns para com os outros.

O turismo é assim um factor poderoso de civilização e de ordem. Muitos dos bons aspectos da vida social dos suíços e que muito agradam aos portugueses, pelo contraste, provêm da indústria do turismo. Lembremo-nos de que, não há muitos anos ainda, os suíços se espingardeavam uns aos outros, pela questão que mais fundos ódios e antagonismos cava: a questão das religiões. A diferença de crenças e opiniões religiosas e políticas subsiste, evidentemente; mas tudo isso se desenhola e se resolve em quadros donde a violência foi banida, pela tolerância que se generalizou.

Mas toda a medalha tem o seu reverso e o reverso desta não se deve ocultar, para o evitar, tanto quanto possível.

Os inconvenientes económicos não são para temer muito, mas existem. Com o incremento das

indústrias próprias do turismo, dá-se uma afluência de capitais para elas, em detrimento de outras formas de actividade que o país pode e deve ter, pelas suas condições naturais. Deve-se prover este facto, tanto mais quanto este desvio de certas actividades mais naturais por outras de ganho mais rápido e menos trabalhosas, se tem já observado entre nós.

Os inconvenientes vários, de ordem espiritual, são mais importantes do que podem parecer à primeira vista. É preciso não os perder de vista para lhes diminuir os efeitos, já que se não podem evitar por completo.

A clientela turista não é só composta de gente *comme il faut*, a todos os respeito. Há uma percentagem, que era grande antes da guerra e que se tornou enorme depois, composta de gentes de costumes tais, que envenenam a atmosfera social em volta deles, estragando tudo. O *raslaquerismo* sob todas as formas torna-se o elemento importante da vida económica; é por isso tolerado por uns e olhado com simpatia por outros, mas constitui um elemento muito mais importante de rebaixamento moral. Como uma nódoa de azeite vai a sua influência alastrando, invadindo todos os meios, infiltrando-se na vida e na forma de pensar, com a facilidade com que nos meios pouco resistentes impera tudo o que tem o cunho de *chic*.

Esse *raslaquerismo*, que os paquetes e os *express* despejam nos *palaces* e nos casinos, faz andar à roda a cabeça de muita gente, que confunde o *chic* com a elegância e a distinção.

Outra consequência do turismo intenso é a depravação do gosto, o rebaixamento da arte ornamental, o estrago do que é belo e pitoresco na natureza.

Uma consequência ainda, e não menos grave, é o abastardamento do carácter na vida social. A força de querer agradar ao hóspede, que se torna o elemento indispensável da vida económica, vai-se transigindo com tudo para que ele se sinta bem, se demore e volte. Chega-se a ponto de, como em certo lugar da Suíça, haver uns bancos, num sítio aprazível, com o letreiro: *reservado para os senhores estrangeiros*. Esta subserviência, que se manifestava de mil formas (escrevo com a impressão do que se passava há uns quinze anos) começou a produzir uma reacção que se notava em todos os meios.

Como na Suíça, à semelhança do que acontece em toda a parte, quem manda é quem tem dinheiro; e lá, quem tem dinheiro é quem vive do furasteiro, apareciam *boutades* como estas, nos meios operários: «a Suíça não é o país de Guilherme Tell; é o país de Guilherme Hotel»; ou dizendo, em resposta à conhecida frase: *le Suisse est maître chez lui, C'est vrai; surtout maître... d'hôtel.*

Para terminar, transcrevo a seguinte passagem,

dum artigo publicado, há anos, na *Capital* (12-7-913):

Não são apenas os camponeses que, feridos na sua vida económica, nos seus interesses, começam a protestar contra a invasão dos estrangeiros. São os artistas, os políticos, os moralistas, que pregam contra os efeitos produzidos na população pelo excesso da indústria dos estrangeiros.

Não se vêem as consequências más que essa indústria levada ao grau que atingia na Suíça, podia acarretar, não se olhando senão para as somas, cada ano mais avultadas, que se espalhavam pelo país, habituando a população a uma existência mais complexa, a um desejo sempre crescente, do mais bem-estar, do mais conforto.

Onde o protesto contra este estado de coisas se faz mais sentir é talvez entre os artistas e as pessoas de bom gosto, que se desgostam ao ver a Suíça de dia para dia mais estragada, mais danificada na sua beleza natural, pela subordinação que origina a ganância dos hoteleiros e mais homens de negócio. Por um lado destroem coisas belas; por outro edificam coisas horríveis.

Ainda há poucos dias ouvi enojosas palavras a este respeito a um pastor protestante, duma igreja livre, que todos os domingos faz a sua pregação no *Victoria Hall*, de Geneve, que é uma sala de concertos das melhores da Europa.

Foi com verdadeira cólera que o pastor Thomas falou contra o que se faz em volta do lago de Geneve, contra essa horrível arquitectura de casinos e *palaces*, que alastra como uma nódoa, estragando tudo.

Aos leitores, se os houve, destes artigos, compete dizer se erro afirmando em resumo:

A indústria do turismo é útil.

A propaganda é necessária, mas deve ser bem organizada, sem esperar que o país esteja preparado.

Não só não precisamos dum turismo intenso, como não o devemos cultivar por ter inconvenientes.

E M I L I O C O S T A

ERRATA — No artigo anterior, no último período da página 998, substituir a palavra *turista* por *trasmio*.

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

Quando chega a Portugal, depois de um ano de Inglaterra — além de tanta, tanta, tanta coisa que estranho — há uma coisa que me deslumbra, e outra que me desola: deslumbra-me as fachadas caladas, e desola-me a população anémica. Que figuras! O andar desengonçado, o olhar mórbido e acarneado, cores de pele de galinhas, um derreamento de rins, o aspecto de humores linfáticos, a passeata triste duma raça caquelica em corredores de hospital: e depois um ar de vadiagem, de ora-aqui-vou, sim senhor, de madrucice, olhando em redor com fadiga, o crânio exausto, e a unha comprida, para quebrar a cinza do cigarro, a catita.

ÊÇA DE QUEIRÓS, Notas Contemporâneas.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM GÔA

(ENSAIO DE UM PLANO DE REFORMA)

I

INTROITO HISTÓRICO

QUANDO os portugueses aportaram à Índia ia cerrada a disputa entre os hindus e os maometanos. Estavam os hindus occupados em concentrar tôdas as suas forças ao sul do Quistna a fim de opôr uma barreira forte e inexpugnável à penetração tenaz e imoderada dos maometanos. Constituiu-se um grande Estado, sob a égide de Vijayanagar, famoso pelo esplendor das suas riquezas e pela potente organização do seu exército. « Os povos eram empreendedores, activos e inteligentes e um alto grau de civilização era comum a todas as classes ».

Não obstante o predomínio dos brâmanes na vida civil e religiosa e a formidável pressão das hostes maometanas, o desvêlo pela educação e assistência pública era notável, em vantajoso contraste com as trevas espessas do despotismo e degradação sinistra em que se debatiam os outros povos. Cada aldeia possuía a sua escola pública, onde pelo sistema monitorial, mais tarde divulgado na Europa por Andrew Bell, mestres e discípulos se ministravam reciprocamente os conhecimentos gerais da illustração comum.

Nas sciências ou nas lêtras, nas artes ou nas indústrias, nas instituições políticas ou militares, a Índia mantinha um logar privilegiado entre as mais avançadas nações do mundo.

Kamal-Eddin Abderrazak Samarcandi, que viajou pela Índia (1413-1482) como embaixador da Pérsia, descreve Vijayanagar como uma cidade grande e bela, capital do reino mais poderoso da Índia, que se dilatava de Ceylão a Calbergá e de Bengala ao Malabar. Gaba a riqueza dos seus habitantes e a magnificência das suas festas.

Nicolo di Conti, italiano que atravessou pela mesma época o famigerado reino, não oculta a sua admiração pela beleza e sumptuosidade da sua capital e o respeito pelo poder do seu soberano (1).

Fernão Nunes e Domingos Pais (2), comer-

ciantes portugueses que viveram em Vijayanagar, assinalam em minuciosa descrição os maravilhosos encantos do opulento reino do Decam.

Vijayanagar era pois tida pelos viajantes europeus « como uma cidade com cuja riqueza e magnificência nenhuma capital do Ocidente podia ser comparada » (1).

Os seus usos e costumes « estavam organisados em corpo de doutrina », concebidos e commentados com superior acuidade e notável visão jurídica (2). E os seus letrados e profissionais eram de uma argúcia e saber de que há memória honrosa nas notas dos viajeiros desse tempo (3).

Tal era o celebrado reino, tal o venturoso país em que Gôa estava integrada pelo território, pela raça e pelas tradições morais e politicas.

A robustez da estrutura social, os tesouros do saber acumulados durante dezenas de séculos e a poderosa fecundidade do seu engenho, não obstante as comoções trágicas dos últimos séculos, constituíam, ainda ao despontar do século XIX, o vinco dominante da vida nacional. « ... Como no velho Egito ou na antiga Babilónia, muitos séculos de tradicional cultura haviam produzido uma organização social eminentemente apropriada à raça e ao país... As diversas côrtes nativas eram outros tantos centros de emulação e de encorajamento. Todas as artes medravam com fôlego e com elas avultava a vida urbana » (4).

Vijayanagar abrangia uma vasta área, compreendendo toda a Índia meridional, tendo como limite norte o Quistna depois da sua junção com

comerciantes portugueses acima referidos e cujo relato pormenorizado é um documento crêdor de toda a confiança.

(1) Mr. Sewell. *Forgotten Empire*, 1900.

(2) Almeida Azevedo. *As Comunidades de Gôa*, p. 39. O autor censura com dureza o desconhecimento e o desrespeito dos goenses pelo seu passado. « A ignorância da lingua clássica e preocupações religiosas, diz, concorrem para que em Gôa se tenha por desprezo entre os nativos cristãos que preponderam na administração o estudo das instituições hindus ».

(3) Conde de Ficalho. *Garcia da Orta e o seu tempo*, Lisboa, 1896.

(4) English Citizen Series. *Colonies and Dependencies*.

(1) A. Gubernatis. *Storia dei viaggiatori italiani nelle Indie orientali*, Livorno, 1875.

(2) David Lopes. *Crónica dos Reis de Bimaga*. Lisboa, 1897. Neste volume vem colligidos os manuscritos dos

o Tungabandrá, seu afluente, até Gôa ao sul do rio Liga. Ao norte defrontava-se com o Estado maometano, ao tempo, o de Bijapor, formado sobre as ruínas ainda lumegantes do império bamánida. Os dois Estados, inimigos de crença e de raça, traziam entre si uma contenda secular e incessante, investindo-se reciprocamente ao fragor das bombardas, aos bramidos das gentes e ao crepitar dos incêndios. Gôa encontrava-se no terreiro temeroso da ardorosa luta e succedera-lhe cair em 1469 sob a servidão maometana. Acolhia, porisso, de ânimo contente, Afonso de Albuquerque, que vinha libertá-la da escravidão com a ajuda dos naturais.

Propôs-se o leal chefe português iniciar o seu governo com um regime de sã e recta justiça e de ampla igualdade entre os nativos e os portugueses, assegurando aos primeiros o livre exercício do seu culto e dos seus usos e costumes e contentando os segundos nas suas ambições imoderadas, punindo com mão severa as abusões e premiando com igual intrepidez o justo merecimento, estivesse onde estivesse. Favoreceu as primeiras alianças entre uns e outros, consagrou em fóral os usos e os direitos dos nativos e instituiu as primeiras escolas de português com o sábio intento de uma melhor inter-penetração entre os elementos associados.

Fraca dura teve porém este prelácio audaz e luminoso. Cedo, alhanado o caminho de perigos, começaram chegando á Índia, dissimulados na coura do guerreiro ou na sotaina do frade, os mais odiosos aventureiros, com o frenético desígnio de conquistar, á força de cruentas represálias e feroz extermínio, farta riqueza e heráldicos pergaminhos, ao seu lar plebeu e desornado...

Com a provisão de 30 de Junho de 1541, a intolerância começava a sua obra nefasta, mandando derrubar todos os templos hindús.

Em Carta de 8 de Março de 1546, D. João III secundava com piedoso afan a campanha iniciada, ordenando formalmente, a D. João de Castro, que destruísse a idolatria em Gôa, demolísse os pagodes, proibísse as festas gentílicas e castigasse com penas graves todo aquelle que fizesse algum ídolo de pau, pedra ou metal.

Em 1557, no governo de Francisco Barreto, foram publicadas novas e mais ameaçadoras provisões, entre as quais uma que reza desta sorte: — «... faço saber que, havendo eu respeito ao muito prejuizo que segue ao serviço de Deus e meu e aos inconvenientes que podem sobrevir de se servirem os meus officios d'estas partes, assim de justiça como de fazenda, de brahmanes e gentios, e querendo nisso prover, hei por bem e por esta minha carta mando e defendo que da notificação dela em diante nenhum meu official, assim vedores de minha fazenda, feitores, thesoureiros,

almoxarifes, contadores, rendeiros de minhas al-fandegas e de quaesquer outras rendas e julgadores, escrivães, tabelliães e quaesquer outros officiaes assim de justiça como de minha fazenda, se sirva por nenhuma via que seja de nenhum brahmane nem de nenhum outro infiel em cousas dos seus officios, sôb pena que fazendo o contrário quaesquer dos ditos officiaes incorrerem em perdimento de seus cargos e os ditos brahmanes ficarem captivos, a metade para mim e a outra metade para quem os accusar e perderão toda a sua fazenda pela mesma maneira; e isto se entenderá assim na minha cidade de Gôa como em todas as outras cidades e fortalezas das ditas partes; e por quanto hei por muito des-serviço de Deus e meu servirem nas ditas cidades e fortalezas os ditos brahmanes e gentios, officios que lhes são dados por meus Governadores e capitães e officiaes, hei por bem e mando que outro-sim daqui em diante os não sirvam, nem lhes sejam dados e que todos aquelles que costumam andar em gente da terra se dêem a christãos e não aos ditos gentios, como dito é, e assim mando que todos os mocadões de quaesquer officios da terra sejam christãos, se dêem a eles e não a nenhum gentio nem infiel».

Esta provisão correcta e dilatada foi convertida em lei, em 23 de Março de 1559, ano que se celebrou pela abundante legislação contra os hindús.

A perseguição desapiedada, o esbulho e a delação foram consagrados como normas systemáticas. Uma campanha torva de extermínio foi levada contra os nativos, ordenando-se a proibição do seu culto, a sua irradiação acintosa dos empregos públicos, a destruição inexorável dos seus templos, a entrega forçada de orlãos de pai nas mãos dos jesuitas, a denegação dos direitos de successão ás viúvas e aos filhos não cristãos e a mais desvergonhada protecção á delação e á apostasia (*Archivo. Port. Oriental*, fasc. 4.^o). A destruição bárbara se seguiu o ensino violento da doutrina cristã, as confissões e as prisões atrabiliárias.

Não obstante um ou outro lampejo de bom senso e de moderação, a montanha desatinada a tudo o que fôsse hindú manifestava-se com a mesma intensidade na condição politica e na esfera da educação.

Em 1574, Moniz Barreto publicava uma nova provisão mandando «a todos os panditas e phisicos gentios que não andem por esta cidade e arrabaldes dela a cavallo nem em andores e palanquins sôb pena de pagarem pela primeira vez 10 cruzados e pela segunda vinte para o sapal e perderem os tacs cavalos e andores e palanquins e pela terceira serem captivos para as galés de El-rei, meu senhor».

Em 1633, o Conde de Linhares, em sua provisão de 11 de Janeiro, ordenava que nenhum gentio pudesse viver, «nem ter casas de assento nas terras de Salcete», cassava-lhe as honras, privava-o das prerogativas de *gauncar*, esbulhava-o dos jonos, impondo aos recalcitrantes a pena «de perdimento de vida e de todos os bens».

Em 1684 decretava-se — pasmai! — a supressão pura e simples da língua materna dos nativos. O conde de Alvor, em seu alvará de 27 de Julho, determinava: «... não sendo menos conveniente que os naturais delles (destas terras) deponham o uso do idioma natural e se apliquem todos a falar a lingua portuguesa... para o que lhes assino tres anos de tempo dentro dos quaes falarão todos geralmente no idioma portuguez, e dele usarão sómente em seus tractos e contractos, que fizerem em nossas terras e de nenhum modo da lingua da terra, sôb pena de se proceder contra eles com a demonstração e severidade de castigo que parecer...»

«No primeiro fogo da conquista, comenta Cunha Rivara, derrubaram-se os pagodes, esmigalharam-se todos os emblemas do culto gentilico e queimaram-se todos os livros escritos na lingua vernacula como convictos ou suspeitos de contemem os preceitos e doutrina da idolatria. O desejo era exterminar tambem toda a parte da população que se não convertesse logo; e não só era este o desejo d'então, mas ainda passados dois séculos havia quem com gravidade magistral aconselhasse ao governo esta providencia (1). Parecer de Fr. Caetano de S. Joseph, Religioso Dominicano, *Livro das Monções*, n.º 94, fls. 121. 1728.

«Todo o sistema da Inquisição tendia não só á extirpação das crenças e superstições idólatras, mas á dos usos e costumes innocentes que mais ou menos remotamente podessem conservar alguma reminiscencia da sociedade Asiatica, anterior á conquista. A lingua era por consequencia envolvida nesta geral proscripção (2).

O arcebispo D. Lourenço de Santa Maria, em sua pastoral de 21 de Novembro de 1745, suscita mais uma vez a observância do Alvará do conde de Alvor, acrescentando (3) que não será ninguém admitido ás ordens de Diácono e Missa se não mostrar além doutro saber e virtudes, «sciencia e uso de fallar só a lingua portuguesa, não só os mesmos pretendentes mas tambem todos os seus parentes chegados assim homens como mulheres, comprovada com um rigoroso exame e exacta attenção dos R. R. Parochos...». E determina mais:

«... somos servidos instituir, crear e pôr de novo nesta ilha de Gôa e adjacentes e nas duas provincias de Bardez e Salcete o impedimento de não poder contrahir matrimonio todo aquele homem ou mulher, que não souber ou não usar e falar a lingua portuguesa (1).

A demolição de tudo o que era criação autotone foi arvorada em dogma soberano e indefectivelmente traduzido numa farta e inexorável legislação. Contra a própria lingua «se levantou contra ella uma implacavel guerra, a qual se a não extinguiu e proscreevo, por ser empenho superior ás forças humanas suprimir uma lingua quando se quer, todavia a corrompeu e adulterou, chegando quasi a aniquilar os monumentos que já havia da sua litteratura, com grave prejuizo da cultura intelectual e moral deste povo» (2).

«L'intolérance produit une espèce de selection à rebours chassant, d'un pays les éléments les plus vivaces, les plus actifs, les plus honnêtes, pour lui laisser les plus incapables, les plus routiniers, les plus dégradés».

A debandada foi geral. Os elementos mais ricos e, porventura, mais briosos e mais empreendedores, desertaram, deixando como reliquias submissas os dissimulados, os tímidos e os famintos.

A educação pública, não obstante os numerosos colégios e institutos congreganistas, nada produziu de frutuoso e notável. E, ao cabo de três séculos de contumaz extermínio das tradições nativas, pouca gente havia que soubesse falar e escrever correctamente a lingua portuguesa. Em 1869, estranhava Sales de Andrade, na Junta Geral do Distrito: — «São mais de três seculos e meio que em Gôa se acha introduzida a lingua portugueza...; sabemos contudo, e digo-o com sentimento, que não está ella devidamente cultivada não (só) pelo geral dos habitantes que a não fallam nem escrevem, mas por aquelles mesmo a quem o seu uso é absolutamente necessario (3)».

Em 1870, as juntas de inspecção apreciavam como segue o estado da instrução primária:

«Viciosa e material a leitura, diz a junta das Ilhas, a escrita cursiva e alinhada impossivel para todos; em contabilidade pouco acerto; menos applicação e ligeireza na doutrina cristã; finalmente — e o que é mais — ir de vencida a análise gramatical do que lêssem mas sem alcançar ler o que visassem analisar, tal é, em resumo, o es-

(1) O italico é meu.

(2) Cunha Rivara — *Loc. cit.*, p. 1.

(3) Menezes Bragança — *A Educação e o Ensino na India Portuguesa*. Nova-Gôa, Imprensa Nacional, 1922, p. 21. Bem elaborado relatório da história do ensino no território de Gôa, Damão e Diu sob o domínio português.

(1) Cunha Rivara — *Ensaio historico da lingua Concani* — Nova-Gôa, 1858, p. 13.

(2) Cunha Rivara — *Loc. cit.*, p. 64.

(3) No mesmo autor — *Loc. cit.*, p. 69.

tado de aproveitamento que em maior ou menor grau quasi em todas as localidades teve a junta de observar pelos proprios olhos dos seus vogaes e por seus delegados ».

A Junta de Bardez canta no mesmo diapasão: « Em quasi todas as escolas deste circulo observam-se dois defeitos, co-especies: não falarem portuguez, pronunciar viciosamente, ler e falar mal e não comprehender o que lê, é uma;... ». E a seguir com lúcido acerto acrescenta (1):

« Procurando-se os antecedentes deste fenomeno (não comprehenderem os alunos o que leem) talvez possam achar-se no método do ensino, na disciplina do regulamento, no modo dos exames e sua qualificação (convindo aqui dizer-se que é uma grandissima perda para a educação popular o serem admitidos nas aulas do lyceu e outras secundarias alunos que não têm aprovação senão de algumas materias do ensino primario contra o regulamento em vigor) e sobretudo na ignorancia ou antes na não familiaridade do aprendiz com a lingua portugueza (2).

« Daqui a necessidade de introduzi-lo á lingua portugueza por algum meio, fácil, familiar e, por assim dizer, mecanico, que não envolva conflicto de idéas, como querendo que preceda o conhecimento que tem de ser feito no ensino das escolas ».

« Se uma lingua nova só se aprende pela comparação do mecanismo d'ela com o da materna, é da lingua concanito que se deve fazer ponto de partida para ensinar aos povos da India qualquer outra e primeiro de todas a nossa portugueza, escreve o nosso doutissimo commissario de estudos (Cunha Rivara). Daqui procede a necessidade de introduzir o seu ensino promiscuo nas escolas primarias »...

«... Deste modo terão as crianças aprendido o portuguez e nas diferenças sentidas terão observado certos factos intellectuaes da gramática geral e da gramática comparada, habilitando-as mais tarde a julgar sobre o mecanismo, idiotismo, estrutura e genio das duas linguas e lançando o grande fundamento para o conhecimento mais profundo da lingua portugueza e da vernacula mesmo »...

Ainda hoje, após uma longa ruminação de séculos, consumidos em desfigurar com subtilezas e engenhosas interpretações as venerandas tradições da sua raça e em colar sob severa férula tábuas exóticas como instrumentos mais apropriados para o seu desenvolvimento intellectual, a população goesa não possui uma *élite* (3). Não obstante a

cota elevada dos que sabem ler e escrever (20 a 25 %) e a percentagem notável dos que se nutrem de estudos superiores, Gôa não mostra um pensador, um poeta, um orador, um romancista, um artista, enfim, da palavra falada ou escrita que seja um documento indisputável do seu génio... É que o génio dum povo não desabrocha numa lingua estranha, aparelho de compleição desconhecida, que não manejou na infancia nem nos usos correntes da vida e que bruscamente ao entrar nas escolas vem impôr a sua tirania aos meios naturais de expressão, encadeando o entendimento e encurtando o vôo e a expansão dos sentimentos. Era assim o despotismo dogmático da escolástica e do latim que na Idade Média trazia enclausurado o espirito europeu e que a Reforma, despedindo dos seus laços de idioma official, substituiu pelas linguas vernaculas, abrindo o passo á grande agitação intellectual que formulou o pensamento livre no século da Renascença.

Na própria India a Inglaterra, tolerando e, até certo ponto, estimulando o culto das linguagens nativas na instrução official, contribuiu para o movimento literário que restituindo á India moderna em toda a sua correção e beleza primitiva os monumentos intellectuais da sua alta antiguidade gerou a insurreição moral e politica que hoje alaga irrepremeavelmente o continente indostânico. « Não obstante a escassa percentagem dos que sabem ler e escrever (5 a 7 %), florescem na India de hoje poetas e prosadores de universal fama e artistas e pensadores de subtil e peregrino entendimento ».

Se na América a imposição despótica duma lingua estranha deu os frutos que hoje se admiram com embevecimento, é porque as populações nativas, semi-selvagens e pouco numerosas, foram inexoravelmente sacrificadas, tornando-se a lingua dos conquistadores o idioma vernáculo dos moradores importados da Europa. É assim que vemos a lingua portugueza, introduzida no Brazil — muito depois da dominação de Gôa — desentranhando-se num luzido escol de poetas e prosadores, oradores e cientistas que não receam confronto com os seus pares da terra-mãe.

Mas Gôa não era o Brazil. Era povoada por uma população autoctone, numerosa e resistente, com uma organização interna indestructivel. Se, porventura, padecia de entorpecimento intellectual que era a epidemia do tempo em todo o mundo, era herdeira duma civilização milenaria em que há magestade e harmonia que não sobejava á dos conquistadores. Era possuidora duma lingua própria que se não fixara as suas formas, se ainda andava envolta nas faixas infantis, manifestava uma flexibilidade e viveza que lhe davam o berço e a nobre prosápia.

(1) Menezes Bragança *Loc. cit.*, p. 96.

(2) O italico é meu.

(3) Há apenas o *pedantismo e ferrugem escolastica* de que fala Lagrange no *Appendice* (p. VIII) ás *Instruções d'El Rei D. José*... Pungira, 1184.

Assim, enquanto a América e a Índia Inglesa, graças ao estudo imediato da natureza e dos meios de expressão que lhes são próprios, erguem do seu seio altos e florentes engenhos, Gôa, oscilante entre o meio que lhe é natural e o que lhe é imposto nas escolas, se compraz no deliquio mental e moral de que é exemplo único na história contemporânea.

É, pois, no idioma nativo e na natureza indígena que Gôa deve procurar o sangue novo com que transfundir o seu debilitado organismo para a ampla expansão do seu génio.

SANTANA RODRIGUES

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

L i v r o s

OLIMPIADAS — *Canções* — por António Botto.

Ditadas pela simpatia; impostas pela inteligência e por um independente espírito que ousa afirmar o que tantos, por sistemática cegueira, se têm empenhado em negar; por tudo, estas palavras irão bem nas páginas da *SEARA NOVA* e só muito podem honrar quem, modestamente, as alinhavou.

Muito acima, pois, e muito longe de tudo, nós continuaremos a presar o gosto de saber distinguir, o poder de, livremente, afirmar, como uma virtude rara do espírito.

E assim, começaremos por dizer que, neste pequeno volume de poesias, António Botto afigura-se-nos, como sempre, o admirável cinzelador de ritmos puríssimos, o lavrante de versos raros, trabalhados com sobriedade e beleza, num recorte desigual e simples, como as pregas que o acaso desenha, largamente, generosamente, nas sedas das roupagens.

Poeta de musa elegante, discreta, contida, afez-se a moldar as suas composições num desejo de atingir a perfeição simples, no culto da forma de bem dizer com muita pureza de estilo, e claramente, harmoniosamente.

Sem excessos de incontinência poética — a sua sensibilidade teme-os, a sua musa prudente não os sabe usar — compôs numa estranha dolência, delicada, rica de harmonias belas e em um canto de máguia crepuscular — poeta epicurista de vícios e de dores — as suas melhores canções.

Neste volume — *Olimpiadas* — abre-se, modernamente, o ciclo da poesia desportiva em Portugal. Desde os velhos cantares de gesta até aos últimos tempos da poesia heróica, de que tenhamos memória, nada se havia escrito em tal sentido. Canta, agora, pela primeira vez, António Botto, em pequenos *frizos actuais*, a beleza das atitudes no esforço

físico, embora veladamente e num fundo ignoto de névoa triste, como puro motivo de estética.

Apesar do entusiasmo juvenil que, num frêmito, atravessa a sua obra e que não haverá tempo que lhe quebre o viço de arte moderna, nem *patine* que lhe amortença o brilho moço, as suas canções são entardecidas por uma leve sombra, misteriosa e sedutora, como a nostalgia infinita que para sempre abriu os olhos das estátuas antigas, numa ânsia desesperadamente imóvel de além-vida... E, abismados na sua contemplação, nós não sabemos o que mais nos prende — a beleza helénica de formas, ou o encanto apaixonadamente triste dos seus olhos divinos, imersos em névoa de alma?...

Fechem o volume umas tantas poesias a que António Botto chamou *As minhas últimas canções de amor*. Nelas expressa o poeta o mais estranho do seu temperamento magüado; nelas mais e mais vive a subtil tristeza de que falamos, exalando um perfume, embriagante como o perfume dos goivos e do mar, discreto como a palidez macerada e distinta de um lírio branco, que a natureza prolongasse, cruelmente, em vida e sofrimento, até ao coração do outono.

MANOEL MENDES

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

A educação física

É necessário estabelecer em todos os colégios um ginásio ou local de exercícios corporais para os alunos. Este assunto tão transcurado é, em meu parecer, a parte mais importante da educação, não só para formar temperamentos robustos e saudáveis, mas também para o treino moral, de que pouco se cuida, ou que se pretende fazer por um acervo de preceitos pedantescos e vãos, que não passam de palavras lançadas ao vento...

Cumpra ter sempre os jovens ocupados, não em estudos de memorização de que nada percebem e a que tomam ódio, porque os obrigam à imobilidade, mas em exercícios que lhes agradem, satisfazendo a necessidade de movimento corporal, própria da época do crescimento. Não se deve querer que brinquem isoladas e consoante a sua fantasia, mas todos juntos e em público, de sorte que haja sempre um objectivo comum a que aspirem todos e que exista a emulação. Os pais que preferirem a educação doméstica devem, no entanto, enviar seus filhos a esses exercícios. A instrução poderá ser doméstica e particular, mas os jogos devem ser sempre públicos e comuns; porque se não trata aí somente de os ocupar, de lhes formar uma constituição robusta, de os tornar ágeis e elegantes, mas de os acostumar de bem cedo à regra, à igualdade, à fraternidade, à concorrência leal, a viver sob os olhos dos concidadãos e a desejar a aprovação do público.

J. J. ROUSSEAU, *Gouvernement de Pologne*.

Um político patriota

O GABINETE de 1862 foi o mais fecundamente activo dos que se succederam, ... a partir da ditadura revolucionária do duque de Bragança e de Mousinho da Silveira, essa ressurreição do marquês de Pombal.

O principal título de glória do ministério histórico é a lei de 19 de Maio de 1863, que aboliu os morgados; e se uma medida de tamanho alcance honra todo o gabinete, é mister colocar, porém, na suprema altura, o nome de Anselmo Braamcamp, que era o ministro do Reino.

A abolição do contrato do tabaco, a do privilégio da barra do Douro, e tantas outras medidas que acabaram de reformar as instituições económicas do país, cooperando com as consequências da extinção dos morgados, deram de si o considerável aumento da riqueza pública, observado nos quinze anos subsequentes...

O decurso do ano de 1863 mostra com actos a iniciativa inteligente, o trabalho incessante, e a direcção nova que Anselmo José Braamcamp imprimiu a tudo aquillo em que tocava. Aboliu os passaportes no interior do reino (31 de Janeiro); simplificou as formalidades rígidas aos forasteiros (7 de Abril); suprimiu a cláusula odiosa que obrigava as pensionistas do Estado a conservarem-se viúvas ou solteiras (11 de Março); criou a cadeira de histologia e fisiologia na Universidade de Coimbra e as de anatomia patológica e medicina legal e hygiene pública nas escolas médicas de Lisboa e Porto (26 de Maio); promulgou inúmeras medidas no sentido de reformar e melhorar a instrução secundária e a primária; formulou o quadro da magistratura administrativa; tentou regular o trabalho dos menores na indústria; e, finalmente, pelo decreto de 28 de Setembro de 1863, mostrou que a sua vista apurada adivinhava os tempos vindouros, quando instituía a *Medalha do trabalho*, attribuindo aos operários o direito a uma certa pensão vitalicia em determinadas circunstâncias. A sua saída do gabinete impediu que esta instituição se tornasse real: não impediu, porém, que a sua ideia ficasse como embrião de futuras leis, e documento do alcance das vistas do estadista...

1870

El-rei chamou então Braamcamp para organizar o ministério successor dos Reformistas, desviando assim o duque de Loulé. Gravemente, o conselheiro da Corôa observou que não resignava o encargo; mas que não poderia desempenhar-se

dêle, se a presidência do Conselho não coubesse ao chefe do seu partido. El-rei annui graciosamente, e assim se formou o gabinete em que entraram Loulé (presidência e reino), Rebelo da Silva (marinha), Mendes Leal (estrangeiros), e os Srs. Lobo de Ávila (obras públicas e guerra) e José Luciano de Castro (justiça). Braamcamp ficou com a pasta mais grave da situação, que era a Fazenda (11 de Agosto de 1869).

Sete anos antes, no ministério do Reino, dera a medida da sua capacidade política; agora ia dar a prova da sua aptidão de administrador. Primeiro, depois e sempre; então, agora e em todas as situações e em todos os lugares, demonstrava a inteireza do seu carácter, a abnegação do seu civismo, a nobreza da sua intelligência, e a serenidade forte e modesta do seu animo. Ninguém tinha mais horror ao charlatanismo; ninguém tinha um desdém mais alto por toda a espécie de impostura. Em rapaz sacrificara os ócios, arriscando a própria vida na defesa das suas ideas; agora ia pôr em risco os seus haveres, para acudir à fazenda nacional em crise. Esses actos de verdadeiro heroismo praticava-os naturalmente, serenamente, modestamente, como cousas simples. Era fleumático, até nas culminações da abnegação.

A situação financeira de que lóra vítima o gabinete Sá-Viseu resumia-se nestes algarismos: déficit mensal corrente de 500 a 600 contos, dívida fluante de 13.000 contos, dívida de 2.830 contos à Junta do Crédito Público. Os fundos cotavam-se a 36, e nos empréstimos que se ofereciam não se excedia 32. A Companhia dos Caminhos de Ferro Portuguezes exigia a bolsa ou a vida, fazendo causa comum com os concessionários falidos e expropriados das linhas do Sul e Sueste. A crise estava iminente... O ministro para obter... recursos, afastando de sobre o país a catástrofe de uma crise financeira, empenhou todos os seus haveres, subscrevendo com o seu nome de particular muitas letras de empréstimos ao Tesouro...

Nos apuros da crise financeira, quando em volta do Tesouro os bandos de harpias, farejando cadáver, eram mais densos e mais negros, o ministro enviou alguém em missão financeira às bolsas estrangeiras; e esse alguém, ao voltar, apresentou a conta das despesas: sete contos de réis! Braamcamp pagou do seu bolso.

Afastada a crise, restabelecida a confiança... em 31 de Março de 1870 Anselmo Braamcamp apresentava ao Parlamento o seu relatório de Fazenda e o conjunto de propostas de lei destinadas

a equilibrar o orçamento... O ministro propunha um conjunto de medidas que deviam aumentar as receitas em cerca de quatro mil contos de réis... Propunha-se introduzir a ordem nas finanças — o que teria feito, se não fôsse esse episódio tristemente grotesco da Saldanhada de 19 de Maio de 1870, que, derrubando o ministério, deu um tão deplorável documento da fragilidade das nossas instituições!...

Em três ministérios entrou Anselmo Braamcamp, e em todos elles foi a sua pasta que as circunstâncias tornavam mais difficil. Em 1862, quando urgia resolver a questão ardente das Irmas da Caridade, coube-lhe a elle a pasta do Reino; em 1869, quando a crise financeira estava imminente, e a bancarrota parecia infalivel, coube-lhe a pasta da Fazenda; agora que as questões com a Inglaterra, perante a opinião pública excitada, criavam um quasi conflito internacional e uma situação interna perigosa, cabia a esse homem, firme e prudente, habil e audaz, a pasta dos Estrangeiros... É necessario ler, uma a uma, as cartas e communicações trocadas, para avaliar quantas horas de angustia, quantas noites veladas por cuidados, importariam a Anselmo Braamcamp os insultos, os motejos, as ameaças do representante de uma nação poderosa e implacavel, irritado pela resistencia tenaz do ministro de um pequeno país, geralmente submisso.

A politica de cooperação intercolonial combinada *manu a manu*, entre o Sr. João de Andrade Corvo e o Sr. Morier, tinha dado o tratado da India, o caminho de ferro de Mormugão, o telegrapho de Aden ao Cabo da Boa Esperança, e, por fim, o tratado de Lourenço Marques, tratado *perpetuo* que estabelecia o direito de passagem incondicional de tropas britannicas pelo territorio portuguez, o de os navios ingleses policiarem as nossas aguas, e, finalmente, o de a Inglaterra intervir na organização da nossa pauta colonial.

Para conseguir que a perpetuidade se transformasse num prazo de doze annos, que desaparecesse a intervenção inglesa na pauta colonial, que as condições de passagens de tropas e policia maritima ficassem sujeitas a autorização previa do governo portuguez, foi necessaria uma verdadeira epopeia de habilidade e firmeza, de affições, de angustias e cóleras reprimidas, que deram em resultado a Anselmo Braamcamp uma enfermidade, da qual esteve a ponto de ser victima immediata, e de que veio afinal a acabar cinco annos mais tarde.

A principio, era em Maio de 1880, o ministro de Inglaterra exige que o tratado, tal qual fôra assinado pelo sr. Corvo, seja presente às Câmaras; e só desiste perante as declarações terminantes de Anselmo Braamcamp, de que, nesse caso, abandonaria o tratado à sua sorte, insinuando que seria fatalmente rejeitado. Os deveres de solidariedade dos governos não o podiam obrigar a mais.

O ministro britannico aquietou-se, decidindo-se a negociar o protocolo que seria apresentado a *ces messieurs des cortes* (assim o diplomata se exprime na sua linguagem desdenhosamente pitoresca) como veio de facto a ser. Encerrada, porém, a sessão de 1880, antes de terminada a negociação, Morier em Lisboa, apoiado em Londres por lord Kimberley, ministro das Colónias, exige uma convocação extraordinária de Câmaras. As ameaças chovem. « Não é já, diz o sr. Morier, uma questão entre governos, é uma questão *entre a Inglaterra e Portugal*. » A correspondência azeda-se; a linguagem humorística do representante inglês adquire tons excessivamente crus: há allusões, há frases offensivas. E há constantemente, invariavelmente, do lado de Anselmo Braamcamp, uma frieza implacável e forte, que obriga mais de uma vez o ministro britannico a derramar positivas lagrimas de raiva no seio de amigos de quem, todavia, em muitas cartas, falava em termos bem pouco lisongeiros.

Vencido, absolutamente batido, em todas as suas pretensões successivas, o ministro de Inglaterra ficou sendo um sincero amigo de Anselmo Braamcamp, porque, dizia-o abertamente, achava nele um homem de bem. Escrevia que, na sua carreira diplomática, nunca encontrara espirito mais firme, intelligência mais lúcida, honestidade mais inquebrantável e negociador mais habil do que a victima inglória daquela malfadada convenção. Nós devemos ver nesse homem um verdadeiro mártir, que arrostou com a impopularidade e sacrificou a vida, para evitar a catástrofe de uma rutura de relações com a Inglaterra, e de um conflito inevitavelmente humilhante...

Sucedeu... (Abril de 1885) que um grupo de homens novos espontaneamente aderiram à politica Progressista, alistando-se no centro eleitoral do Porto. Esses homens vinham de varias partes: vinham das cadeiras do professorado, vinham da banca de escritores, vinham da carteira de negociantes, ou da officina de industriais, protestar unânimes contra o caminho que o scepticismo arvorado em principio de governo rasgava nefastamente aos destinos da nação.

Diz-se ia que um sopro de mocidade e de saude o reanimava, quando viamos esse homem, mirrado pela doença, presidir durante horas às sessões e aos banquetes do Porto (18 e 19 de Junho de 1885), achando ainda fôlego para pronunciar discursos que são o seu canto de cisne... Quatro meses depois de feito o seu testamento politico, Anselmo Braamcamp morria.

O L I V E I R A M A R T I N S

(Elogio historico de Anselmo Braamcamp)

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Estudo de Climatologia na zona Porto-Gala, pelo engenheiro João Rodrigues Ascensão.

A mensagem a Garcia, por Elbert Hubbard.

Para a Frente — e não morreremos, por José Cardoso.

Pentas de Fogo, por José Cardoso.

A minha defesa, por José Cardoso.

Representação enviada em 3 de Novembro de 1924 pela Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, ao Ex.^{mo} Sr. Ministro da Instrução Pública.

Modelos de Exercícios de Análise Gramatical, por António Justino Ferreira (Regente da Escola Central n.º 1, do Porto).

Torres Vedras Antiga e Moderna, por Julio Vieira.

O Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral.

Relatório da Direcção da Associação Comercial de Leiria Anos de 1923 e 1925.

Relatório e Contas da Direcção da Associação Protectora da Infância — Ano Económico de 1925 a 1926.

A Água, n.º 58, Abril a Junho de 1927.

Boltem da Agência Geral das Colónias, n.ºs 25 e 27 Ano III, Agosto e Setembro de 1927.

Relatório e Contas da Companhia de Seguros «A Mundial».

Geo Politik, 8 e Heft August-September — IV. Jahrgang, 1927.

A B C (Magazine d'Art), n.ºs 32 e 33, Août et Septembre de 1927.

Ilustração, n.ºs 40 e 41, Agosto e Setembro de 1927.

A B C (Revista Portuguesa), n.ºs 370-374.

Educação Social, n.ºs 8 e 9, de Agosto e Setembro de 1927.

Alma Nova, n.º 2, Agosto de 1927.

A Situação da Angola, Circular — Consulta enviada às Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas da Província de Angola, pelo Alto-Comissário e Governador Geral Vicente Ferreira, antigo ministro das Colónias e das Finanças. — Louanda, Imprensa Nacional, 1926-27.

O Sistema monetário de Angola, Explicação Simples da sua Organização e Funcionamento e dos Principios Teóricos e Experiências Alheias que o justificam e apoiam, oferecida às Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas de Angola, pelo Alto Comissário e Governador Geral, Vicente Ferreira (Antigo Ministro das Finanças e das Colónias), Louanda, 1927.

O Ouro em Brases..., por Kol d'Alvarenga, Comp. Portuguesa Editora Ltda., Porto, 1927.

A Guerra, n.º 19, Julho de 1927.

Terra de Sal, n.ºs 15-16, Junho de 1925.

Résumé mensuel des travaux de La Société des Nations, Vol VII, n.º 7.

Résumé mensuel des travaux de L'Organisation Internationale du Travail, n.º 8, Août, 1927.

Sempre Virgem... (excerpts do poema inédito Visão Longínqua...), por Luis de Meneses.

La Nouvelle Revue Française, n.º 168, 1^{er} Septembre.

Olimpiadas, Canções, por António Boto.

Revista Insular e de Turismo, n.º 11, Agosto de 1927.

A Questão do Porto da Betra, por Henrique Correia da Silva.

A Bolsa do Livro, catálogo n.º 2 (da Livraria Central — Lisboa).

Dois Canções, por Pedro M. Cardoso.

Jardim das Hespérides, por Pedro M. Cardoso.

SAPATARIA ORION

DE

Bealino, Cinzas, Alves & Co

Apresenta, diariamente, modelos novos (as mais recentes criações) em peles finíssimas, directamente recebidas das melhores procedências estrangeiras.



RUA GARRETT, 42 — LISBOA TEL. C. 1381

E como tem uma secção técnica para fabricar formas especiais, garante servir com o máximo conforto todos os pés, por grande que seja a sua sensibilidade ou deformidade possível.



Tipografia TORRES

TELEFONE 3910 NORTE

LARGO DO TERREIRINHO, 35

LISBOA

IMPRESSOS EM TODOS OS GÉNEROS
EXECUÇÃO RÁPIDA E PERFEITA

Aos Pais e Professores

LIÇÕES DE COISAS

VINCENT MURCHÉ, trad. do Dr. RODRIGUES

À venda na SEARA NOVA:

Rodrigues Lapa e Câmara Reis: COURS DE FRANÇAIS — I. LE PETIT ÉLÈVE DE FRANÇAIS — 6\$00. — II. LA DOUCE FRANCE — 7\$50.

Ilustrações de D. Raquel Gameiro Ottolini.

FABRICA DE PAPEL DA MATRENA DE

João de Oliveira Casquilho

MATRENA-TOMAR

Esta fábrica, dispoñendo dos maquinismos mais aperfeiçoados para a sua industria, tem sempre nos seus depósitos papéis diversos da sua produção, tais como almanacs, escritas, impressões, capas em diversas cores e outras especialidades que podem com vantagem substituir os estrangeiros. São os melhores que se fabricam no País e como tais considerados.

DEPÓSITOS

LISBOA — 96, Rua dos Douradores, 104

PORTO — Rua Duque de Loulé, 96 a 109

Telefone em Lisboa: C. 2558. Telefone no Porto: 864

End. teleg.: FABRICA MATRENA — TOMAR

LIVROS PARA CRIANÇAS

Quem conta uma história?

Colecção de ANTÓNIO SÉRGIO

RATÃO PELADO

A DANSA DOS MESES

OS CONSELHEIROS DO CALIFA

(Com ilustrações de MAMIA).



LEX COMPANHIA DE SEGUROS

AV. 1.ª DO
CONSORTIUM DE ACIDENTES
DE TRABALHO
S. A. R. L.

CAPITAL REALIZADO 800.000\$00

Sede em Lisboa: RUA DE S. PAULO, 78, 2.º
BECO DOS APOSTÓLOS, 8

Telefone C. 1592 Telegrafos SEGUROLEX

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente — Dr. Fernando Brederode. Vice-Presidente
— Ladislau Mário Durão de Sá. Administrador-delegado —
Alfredo Bezão Alves. Vogal — Mário Moura. Secretário —
Pedro Cazenave. Director-técnico — Mário Moura.

Seguros contra os riscos de: Acidentes de Trabalho,
Fogo, Marítimo, Agrícola, Cristas, Vida e Responsabilidade
Civil.

Delegações: PORTO, COIMBRA e AÇORES
(Ponta Delgada)

GRANDES OFICINAS DE GRAVURA BERTRAND (irmãos) L. DA

TRICROMIA, FOTOGRAVURA,
ZINCOGRAVURA, DESENHO

TRAVESSA DA CONDESSA DO RIO, 27
LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

A NACIONAL

SEDE NA SUA PROPRIEDADE

AVENIDA DA LIBERDADE, 18 — LISBOA

Soc. Anónima
de
Resp. Limitada

CAPITAL
900 Contos



Fundada
em
17-4-906

RESERVAS
5.374 Contos

SEGUROS
SOBRE A VIDA HUMANA
E CONTRA
INCÊNDIOS
E RISCO DE TRANSPORTE

Edições da Biblioteca Nacional de Lisboa

Bibliografia das Bibliografias Portuguesas, obra útil aos bibliotecários e estudantes de assuntos portugueses, por António Sérgio	7\$50
Dispersos, de Oliveira Martins, 2 vol. Coordenados e prefaciados por António Sérgio	20\$00
Recreação Periódica, pelo Cavaleiro de Oliveira. Pref. e trad. de Aquilino Ribeiro	10\$00
Marco Paulo, Reimpressão da edição de Valentim Fernandes, por Esteves Pereira (In-4.º)	8\$00
Processo dos Távoras, publicado sob a direcção de Pedro de Seixas (In-4.º)	7\$50
Catálogo Ideográfico, Sub-subscrições gerais	1\$20
Instruções relativas à aquisição de verbetes da Biblioteca Nacional	\$80
Lusíadas, Fac-símile da 1.ª ed. com aparato crítico de José Maria Rodrigues (In-4.º)	50\$00
Bosquejo da Historia de Portugal, por António Sérgio, Folh.º 8.º, 2.ª ed.	2\$50
Guia de Évora e seus arredores, com grav. e uma planta topográfica, organizado sob a direcção de Raúl Proença	4\$00
Economistas Portugueses. Século XVII, por António Sérgio	15\$00
Guia de Portugal, Dirigido por Raúl Proença	50\$00

A SAIR:

Diáscara e Portugal no século XV, por Sofia Laran, trad. e pref. de Jaime Cortesão. O Processo do Marquês de Pombal, pref. e notas de Jaime Cortesão. Obras completas de Gil Vicente, ed. fac-símile conforme a de 1802, prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.